



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO**



RE TROS PEC TIVA



Gestão
2018 - 2022



RELEMBRE OS NOSSOS MOMENTOS.
RELEMBRE A NOSSA HISTÓRIA.



Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 1

Defensoria Pública

Recife, sábado, 8 de janeiro de 2022

Defensoria Pública de PE sempre cumprindo a missão de ser ponte de direitos aos mais vulneráveis

Foto: HENRIQUE PARRAZZO



O Subdefensor Público-Geral Henrique Seixas participou da primeira reunião do Pacto Pela Vida de 2022, realizada na quinta-feira (6), na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado - SEPLAG.

Na ocasião, o Governador Paulo Câmara noticiou que Pernambuco registrou, em 2021, as menores taxas de homicídios (CVLI) e de crimes contra o patrimônio (CVP) da série histórica de estatísticas oficiais, iniciada em 2004.

O Governador detalhou, ainda, que a taxa de CVLIs do ano de 2021 atingiu 33,8 mortes por 100 mil habitantes. "Anteriormente, a menor proporção era de 34,1, registrada em 2013. Em relação aos roubos, foram 432 CVPs por 100 mil habitantes. São reduções importantes, mas que não nos permite relaxar em relação à segurança pública. Nosso trabalho precisa ser diário e com mais investimentos para obtermos resultados expressivos", enfatizou Paulo Câmara.

Durante o encontro, também foi sancionada a lei que cria três novas Delegacias de Prevenção e Repressão aos crimes contra a

Mulher nas cidades de Olinda, Palmares e Arcoverde. Com essas novas instalações, Pernambuco chega a 14 unidades especializadas desse tipo, contemplando todas as regiões do Estado.

O Subdefensor Público-Geral ressaltou a importante contribuição da Defensoria Pública de Pernambuco para a conquista dos números apresentados pelo Governador. "A Defensoria atingiu todas as suas metas no programa "Monitor de Justiça", atuou diretamente nos conflitos agrários em todo o estado, por meio do recém-instalado núcleo de terras, habitação e moradia, reduzindo o tensionamento nas regiões, além de alinhar os atendimentos das mediações em parceria com a Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas, disseminando a cultura da paz", disse Henrique Seixas.

"Instalamos o Núcleo de Defesa e Proteção da Mulher Vítima de Violência, dentre outras importantes ações. Tenho a certeza de que em 2022 o diálogo e a aproximação das instituições serão mantidas, para que as novas metas sejam alcançadas", destacou ainda Seixas.



"TENHO A certeza de que em 2022 o diálogo e a aproximação das instituições serão mantidas, para que as novas metas sejam alcançadas", destacou ainda Seixas.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 2

Defensoria Pública

Recife, sábado, 15 de janeiro de 2022

Defensoria Pública participa da cerimônia de posse do TCE-PE

FOTOS: HENRIQUE PANARAZZO



O **SUBDEFENSOR Público-Geral, Henrique Seixas**, desejou sucesso à gestão do novo biênio e parabenizou o **Conselheiro Dirceu Rodolfo** pela gestão anterior

Foi realizada, no auditório do Ministério Público Estadual na manhã da terça-feira (10), a cerimônia de posse do conselheiro Ranilson Ramos, que assume, pela primeira vez, o comando do Tribunal de Contas para o biênio 2022/2023, em substituição ao conselheiro Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, da vice-presidente, Conselheira Teresa Duere, e da nova mesa diretora.

A Defensoria Pública de Pernambuco foi representada na solenidade pelo Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, o Subdefensor das Causas Coletivas, Rafael Alcoforado, e o Chefe de Gabinete, o Defensor Público João Duque.

Durante o seu discurso, Ranilson Ramos destacou o comprometimento em exercer seu mandato “com lealdade, responsabilidade e compromisso com o controle externo”, e também mencionou as prioridades e iniciativas que serão adotadas durante sua gestão, tendo destaque o compromisso com a economia pernambucana no pós-pandemia e o acompanhamento de políticas públicas nos municípios.

Já o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, além de ter sido uma das autoridades que compuseram a mesa, desejou sucesso à gestão do novo biênio e parabenizou o Conselheiro Dirceu Rodolfo pela gestão anterior.



CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 3

Defensoria Pública

Recife, sábado, 22 de janeiro de 2022

Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital contabiliza mais de 400 atendimentos diários em 2021

FOTOS: HENRIQUE PARRAZZO



PARA o Defensor Público-Geral, Fabricio Lima, “a estrutura hoje disponibilizada para o primeiro atendimento na Capital conta com o que há de mais moderno e eficiente no âmbito das Defensorias Públicas do país”.



Durante o ano de 2021, devido à pandemia e à constante necessidade de isolamento social, os atendimentos da Defensoria Pública foram realizados, prioritariamente, de modo virtual.

Apesar de toda a dificuldade imposta pela pandemia, mesmo nos momentos mais críticos, o Núcleo de Primeiro Atendimento manteve de forma permanente os atendimentos presenciais para os casos de urgência ou na hipótese de o assistido não ter acesso aos meios tecnológicos, sempre com o objetivo de assegurar o acesso à justiça à população.

Com o avanço da vacinação, além do atendimento via WhatsApp e e-mail, a instituição retornou plenamente com os atendimentos presenciais.

No referido ano, de acordo com o coordenador do Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital, o Defensor Público Fernando Jordão, foram contabilizados mais de 100 mil atendimentos por meio do núcleo em questão, entre realização de agendamentos, prestação de informações e recepção de assistidos anteriormente agendados. Isto corresponde a uma média de mais de 400 atendimentos por dia útil, entre virtuais e presenciais.

Ainda segundo o coordenador do núcleo, “é muito importante que a população tenha um canal direto com a Defensoria, o que se concretiza por meio do Primeiro Atendimento, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia”, acrescentando que “o quantitativo de assistidos recebidos só

pôde ser atingido por meio do esforço conjunto de toda a equipe, que sempre contou com o apoio incondicional da Gestão e com a disponibilidade dos núcleos relacionados”.

Para o Defensor Público-Geral, Fabricio Lima, “a estrutura hoje disponibilizada para o primeiro atendimento na Capital conta com o que há de mais moderno e eficiente no âmbito das Defensorias Públicas do país. Através da implantação do sistema SOLAR e da criação dos Núcleos Especializados, nossos serviços ganharam em celebridade e qualidade no atendimento. Com serviços mais acessíveis e de melhor qualidade passamos a ter um aumento significativo na procura por atendimento”.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 4

Defensoria Pública

Recife, sábado, 29 de janeiro de 2022

Sistema Solar será implantado no atendimento da Defensoria Pública de PE em Noronha

FOTOS: HENRIQUE PAMPAZZO

A Defensoria Pública de Pernambuco participou da semana jurídica em Fernando de Noronha. Representaram a instituição, os Defensores Públicos Geraldo Teixeira, Rafael Alcoforado e o Defensor Público-Geral Fabrício Lima.

Na ocasião, o Defensor Público-Geral, Fabrício Lima, anunciou o início da implantação do sistema SOLAR de atendimento que funcionará todos os dias, agilizando o encaminhamento de ações e do atendimento jurídico aos ilhéus.



CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 5

Defensoria Pública

Recife, sábado, 5 de fevereiro de 2022

Ao lado do Presidente da ALEPE, Deputado Estadual Eriberto Medeiros, Defensor Público-Geral, Fabrício Lima, participou da sessão plenária que abriu os trabalhos legislativos de 2022

Na tarde da terça-feira (01), a Defensoria Pública do Estado participou da Sessão Plenária inicial aos trabalhos de 2022 da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

Na ocasião, esteve presente o Defensor Público-Geral José Fabrício Silva de Lima, ao lado do Presidente da ALEPE, o Deputado Estadual Eriberto Medeiros.

"Parabenizo o Presidente da Casa pela relação dialógica, pelas parcerias firmadas, não só com a Defensoria Pública, mas com todo sistema de Justiça do nosso Estado. Essas parcerias têm possibilitado Pernambuco avançar, de maneira consistente, na redução da criminalidade, como também em outras linhas de atuação no acesso à justiça", enfatizou o Defensor Público-Geral.

A reunião ocorreu de forma semipresencial, por videoconferência, dentre os participantes, o Governador Paulo Câmara e demais membros do Legislativo Estadual.



Foto: HENRIQUE PAPAZZO

Posse da nova mesa diretora do TJPE contou com a presença do Defensor Público-Geral Fabrício Lima

Na noite da terça-feira (01), a Defensoria Pública de Pernambuco participou da Sessão Solene da Nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), para o biênio 2022-2024.

Na ocasião, a instituição foi representada pelo Defensor Público-Geral Fabrício Lima.

A nova mesa diretiva integra os Desembargadores Luiz Carlos de Barros Figueirêdo como Presidente; Antenor Cardoso Soares

Júnior no cargo de 1º Vice-Presidente; Antônio de Melo e Lima, na 2ª Vice-Presidência; e Ricardo Paes Barreto como Corregedor-Geral de Justiça.

Durante o início da cerimônia houve a apresentação do Hino Nacional, entoado pelo Tenor Diel Rodrigues, que foi acompanhado pelo pianista Maestro Lúcio Azevedo e pelo percussionista Mek Mouró.

No evento, a mesa foi ocupada pelo desembargador Luiz Carlos de Barros

Figueirêdo, pelo desembargador Frederico Neves, representando o desembargador Fernando Cerqueira, pelo governador do Estado, Paulo Câmara, pelo prefeito do Recife, João Campos, pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eriberto de Medeiros, pelo procurador geral de Justiça, Paulo Augusto Freitas, e pelo comandante do Comando Militar do Nordeste, general do Exército Richard Fernandes Nunes.



Foto: HENRIQUE PAPAZZO

Defensoria participa de solenidade de posse de nova mesa diretiva da ESMape

Na quinta-feira (03), a Defensoria Pública de Pernambuco participou a cerimônia de posse da nova Mesa Diretora da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE), do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Instituição foi representada pelo Subdefensor Público-Geral Henrique Seixas, o qual integrou a mesa de honra.

Passam a compor a nova Mesa Diretiva, o Desembargador Jorge José dos Anjos Bandeira de Mello, como Diretor-Geral, o Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, como Vice-Diretor e o Juiz Silvio Romero Beltrão, como Supervisor.



Foto: HENRIQUE PAPAZZO

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 6

Defensoria Pública

Recife, sábado, 12 de fevereiro de 2022

Defensoria Pública de Pernambuco assume presidência do Comitê de Governança do Projeto Monitor de Justiça

Foto: Divulgação



O PROJETO conta com a representação, no âmbito da Defensoria Pública de Pernambuco, do Subdefensor Criminal da Capital Rafael Bento, como membro titular e suplente o Subdefensor Cível e Criminal da Região Metropolitana José Wilker Neves.

A Defensoria Pública de Pernambuco assumiu, na sexta-feira (04), a Presidência do Comitê de Governança do Projeto Monitor de Justiça.

A cerimônia aconteceu durante reunião por vídeo conferência entre representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE) e do Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Defesa Social e a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

O projeto conta com a representação, no âmbito da Defensoria Pública de Pernambuco, do Subdefensor Criminal da Capital Rafael Bento, como membro titular e suplente o Subdefensor Cível e Criminal da Região Metropolitana José Wilker Neves.

O termo de cooperação proporciona ações integradas entre os órgãos participantes na investigação, no processo e no julgamento dos crimes dolosos contra a vida, com autoria identificada, ocorridos em Pernambuco, com vistas à celeridade no cumprimento dos prazos pre-

vistos na legislação processual penal. O principal desígnio consiste em realizar o julgamento pelo Tribunal do Júri em até 399 dias após a ocorrência do fato.

O Monitor de Justiça atualmente realiza o acompanhamento de sete comarcas do Estado: Paulista, Cabo de Santo Agostinho, Nazaré da Mata, Vitória de Santo Antão, Palmares, Jaboatão dos Guararapes e Caruaru.

O Projeto recebeu, em 2021, o prêmio Usina de Inovação que reconhece iniciativas transformadoras na administração pública de Pernambuco, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços à população.

Segundo o Subdefensor Rafael Bento, "revela o papel de protagonista da Defensoria Pública entre as instituições integrantes do sistema de justiça, participando ativamente dos debates e decisões que envolvam políticas públicas de enfrentamento à violência. Ao representar a população socialmente vulnerável, faz valer a garantia de direitos a todos os pernambucanos," frisou.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 7

Defensoria Pública

Recife, sábado, 19 de fevereiro de 2022

Defensoria participa de visita interinstitucional em Barreiros

A Defensoria Pública de Pernambuco participou, nesta sexta-feira (18), de visita interinstitucional ao Engenho Roncadorzinho, na cidade de Barreiros, distante 110 quilômetros do Recife, na Zona da Mata Sul do Estado, organizada pelas Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Por meio da diligência integrada foram ao local a Coordenadora do Núcleo de Terras, Habitação e Moradia da Defensoria, Isabel Batista, e o Defensor Público, André Cruz, com o objetivo de escutar os moradores da localidade sobre o assassinato de uma criança de 9 anos, filho do líder rural e presidente da associação dos moradores do engenho, Geovane da Silva.

A Defensoria Pública de Pernambuco acompanha e atua no conflito agrário em Roncadorzinho desde meados dos de 2021, quando tomou conhecimento por meio de informações trazidas por meio de representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE).

De acordo com a Defensoria Pública, Isabel Paixão, ainda em junho de 2021, foram apresentados pedidos de designação de audiência de mediação entre as partes e remessa dos autos para o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em busca de solução consensual do conflito, notadamente face o contexto histórico e social em que os ocupantes estão inseridos, além de outros pedidos relativos a questões processuais.

"Foi apresentada, por meio do Núcleo de Terras, Habitação e Moradia, nos

A DEFENSORIA Pública de PE, desde 2028, já sensível ao avanço dos conflitos fundiários, criou o Núcleo de Terra, Habitação e Moradia. No último ano, foram 43 ações de primeiro grau, envolvendo 2.500 famílias, sendo 40 dos 43 processos, oriundos da Mata Sul do estado. Chegamos até 12 liminares de reintegração de posse derrubadas no TJPE

autos do processo de reintegração de posse que discute a questão, manifestação como Custos Vulnerabilis em favor da coletividade de pessoas em situação de hipossuficiência econômica e social que reside na área", explicou Isabel.

A atuação como Custos Vulnerabilis (guardiã dos vulneráveis) consiste na representação coletiva dos interesses das pessoas em situação de hipossuficiência, com vistas a garantir a ampla defesa e o contraditório, não se confundindo com a atuação do Ministério Público e nem impedindo a representação das partes por advogado constituído.

Diante da gravidade do último acontecimento, o Defensor Público, André Cruz, reforçou a responsabilidade institucional da DPPE e garantiu que toda a situação será acompanhada de perto. "Defensoria está presente, atenta e pronta para dar o suporte à população em situação de vulnerabilidade, tanto em demandas coletivas quanto em demandas individuais, observando sua competência constitucional e prerrogativas institucionais".

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, o Senador Humberto Costa, a Defensoria Pública exerce um papel crucial para a sociedade, principalmente em situações como essa, de conflitos agrários. "Na medida em que, normalmente, um dos polos são trabalhadores

da agricultura familiar, são trabalhadores assalariados, que muitas vezes não conseguem sua defesa de um modo eficaz e ao mesmo tempo acessível. É nesta lacuna que a Defensoria Pública de Pernambuco cumpre o seu papel, de ser a voz da população", afirmou o Senador.

Além da Defensoria Isabel Paixão, do Defensor André Cruz e do Senador Humberto Costa, participaram da visita o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Carlos Veras, os deputados estaduais, Doriel Barros, Isaltino Nascimento e João Paulo, além das codeputadas Carolina Vergolino, Joelma Carla e Jô Cavalcanti (JUNTAS).

Durante reunião com o Governador Paulo Câmara, onde estiveram presentes o Defensor Público-Geral, Fabrício Lima, o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, além de secretários do estado, parlamentares, membros do Ministério Público estadual e federal, da Procuradoria do Estado e da Defensoria Pública da União, representantes da sociedade civil e de movimentos rurais e agrários de Pernambuco, Fabrício Lima destacou que "A Defensoria Pública de PE, desde 2028, já sensível ao avanço dos conflitos fundiários, criou o Núcleo de Terra, Habitação e Moradia. No último ano, foram 43 ações de primeiro grau, envolvendo 2.500 famílias, sendo 40 dos 43 processos,



FOTOS: HENRIQUE PARRAZZO



oriundos da Mata Sul do estado. Chegamos até 12 liminares de reintegração de posse derrubadas no TJPE". No encontro, foram dis-

cutidas propostas para contribuir com políticas públicas relacionadas à resolução dos conflitos no campo e anunciada a criação de um

grupo de trabalho para acompanhar esses processos relacionados na Mata Sul, garantindo mais celeridade na resolução dos casos.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 8

Defensoria Pública

Recife, sábado, 25 de fevereiro de 2022

Defensoria Pública de Pernambuco e demais Defensorias estaduais se unem na campanha Meu Pai Tem Nome

No próximo mês de março, no dia 12, o Conselho Nacional de Defensorias e Defensores Públicos-Gerais (Condege), dá início à Campanha Meu Pai Tem Nome, em todo o País.

A iniciativa conta com a atuação de todas as Defensorias Públicas brasileiras, a fim de resguardar o direito de à filiação, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Em Pernambuco, a Defensoria Pública do Estado, no último sábado, 19 de fevereiro, se alinhou à Federação Pernambucana de Futebol, em busca de destacar a importância social e legal da paternidade. Durante o intervalo do Clássico das Multidões, o gramado do Estádio Ademar da Costa Carvalho, popularmente conhecido como Ilha do Retiro, expôs faixas da Campanha "Reconheço, Sou o Pai", com apoio da imprensa esportiva local.

A campanha local foi idealizada pela própria Defensoria Pública de Pernambuco e se alinha às diretrizes da Campanha do Condege.

O desiderato do Projeto consiste em fortalecer o pilar fundamental à atuação defensorial, no âmbito da prestação de assistência jurídica integral e gratuita à camada vulnerável da sociedade.

Através do Núcleo de Família, da Subdefensoria Cível da Capital, coordenada pela Defensora Pública, Jeovana Colaço, o Programa "Reconheço, Sou o Pai" se pauta em efetuar

atendimentos resultantes de procedimentos de testes de DNA, custeados pela Instituição.

No ato realizado durante o clássico de futebol, representaram a Defensoria, o Subdefensor Público-Geral Henrique Seixas e o Subdefensor da Região Metropolitana José Wilker Neves.

Segundo o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, "A campanha é importante para que seja resolvida a questão não só da paternidade, mas dos direitos correlatos. Todos aqueles direitos periféricos, como a guarda, pensão alimentícia e outros."

Quase 100 mil crianças nascidas em 2021 não têm o nome do pai no registro civil, de acordo com dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais.

Já em 2020, o índice subiu para 6% e, este ano, a porcentagem está em 6,3%.

GRANDE AÇÃO DE CIDADANIA – Em suas esferas estaduais, as Unidades Defensoriais propõem, em 12 de março, a realização concentrada de sessões extrajudiciais, por meio da dinâmica de conciliação e mediação em busca de lograr o reconhecimento de paternidade.

Serão disponibilizados, ainda, atividades pedagógicas referentes à essencialidade de tais direitos, com o objetivo de conscientizar os assistidos.

No próximo mês de março, no dia 12, o Conselho Nacional de Defensorias e Defensores Públicos-Gerais (Condege), dá início à Campanha Meu Pai Tem Nome, em todo o País.



Foto: Henrique Pampazzo



CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 9

Defensoria Pública

Recife, sábado, 5 de março de 2022

Está chegando o Dia “D” da Defensoria Pública

No sábado, 12 de março, a Defensoria Pública de Pernambuco celebra o aniversário do Recife, com mais uma grande ação de cidadania relacionada à Campanha Meu Pai Tem Nome, que acontecerá no Compaz Ariano Suassuna, das 8h ao meio-dia.

A campanha foi criada pelo Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), tendo a adesão de todas as Defensorias Públicas de todo o país, a fim de resguardar o direito à filiação, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Serão efetuadas sessões extrajudiciais, por meio da dinâmica de conciliação e mediação, visando lograr o reconhecimento de paternidade. As Instituições se propõem a disponibilizar testes de DNA para as populações vulneráveis locais de cada Unidade Federativa, de modo a impulsionar o contingente de validação paternal.

A dinâmica do dia 12/03, integra em sua programação, além dos exames de DNA, orientação jurídica, emissão de RG, PROCON, serviços de beleza e saúde (testes rápidos, vacinação, etc) e cadastro único (CRAS).

COMO AGENDAR OS TESTES DE DNA?

As pessoas que desejarem realizar gratuitamente testes de DNA devem entrar em contato com o Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital para agendar o seu exame.

Ambas as partes devem estar de acordo em realizar o exame de forma espontânea.

O agendamento pode ser feito por meio do Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital, pelo WhatsApp (81) 9.9488-3026, de segunda a sexta-feira, das 8 às 16h, exceto feriados ou pessoalmente na Av. Manoel Borba, nº 640, Edifício Progresso, Boa Vista, Recife/PE.

No dia do exame, é necessário levar a seguinte documentação:

- RG e CPF dos interessados (pai e mãe);
- Comprovante de residência (conta de água, de luz ou de telefone) dos interessados (pai e mãe);
- Comprovante de renda (carteira de trabalho, contracheque ou comprovante de aposentadoria/benefício); e
- Certidão de nascimento da criança ou declaração de nascido vivo.

Foto: DMULGAÇÃO

Projeto
meu pai tem nome
Dia D da Defensoria Pública

📅 12 de março, das 8h às 12h

📍 Compaz Ariano Suassuna

Programação

- Orientação Jurídica
- Reconhecimento voluntário de paternidade
- Realização de exames de DNA
- Serviços de saúde (testes rápidos, vacinação, etc)
- Emissão de RG
- PROCON
- CRAS (Cadastro Único)

Documentos necessários:

- RG e CPF (pai e mãe)
- Certidão de nascimento do filho a ser reconhecido
- Comprovante de endereço (pai ou mãe)

Os testes de DNA serão realizados preferencialmente por agendamento. Para agendar, envie uma mensagem para o WhatsApp da Defensoria Pública: (81) 9.9488-3026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PERNAMBUCO

RECIFE PREFEITURA

CONDEGE

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 10

Defensoria Pública

Recife, sábado, 12 de março de 2022

Defensoria Pública de Pernambuco sempre atuante na defesa dos direitos das mulheres

Foto: HENRIQUE PARRAZZO



DURANTE A OCASIÃO, foram apresentadas novas ações a fim de colaborar ao desenvolvimento das condições de vida das mulheres Pernambucanas

A Defensoria Pública de Pernambuco participou, na noite da segunda (07), do evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher, promovido pela Secretaria da Mulher do Estado.

A Defensoria Pública Virginia Moury representou a Instituição na celebração que ocorreu no Cinema do Porto Digital, no Cais do Apolo.

Durante a ocasião, foram apresentadas novas ações a fim de colaborar ao desenvolvimento das condições de vida das mulheres Pernambucanas.

Houve, ainda, a exibição de campanhas educativas em prol da prevenção da violência contra a mulher.

A Secretaria da Mulher do Estado, completa em 2022, quinze anos de existência e planeja lançar cursos para mulheres tanto nas áreas rurais quanto urba-

nas, perante o desiderato de inclusão no mercado de trabalho.

Sua atuação consiste em viabilizar políticas públicas voltadas à população feminina de Pernambuco.

Na noite seguinte, no Dia Internacional da Mulher, 08 de março, a Defensoria participou da solenidade de lançamento do Edital de Financiamento para a organização da sociedade civil para fortalecer a política para as mulheres.

A cerimônia que aconteceu no Palácio do Campo das Princesas, contou com a presença do Governador Paulo Câmara. A Defensoria foi representada mais uma vez pela Coordenadora do Núcleo de Defesa e Proteção da Mulher Vítima de Violência, a Defensoria Pública Virginia Moury.

Estiveram presentes a Secretária de Mulher do Recife, Glauce Medeiros, a deputada e delegada Gleide Ângelo, a Procuradora-Geral adjunta do Estado Giovanna Ferreira, a Secretária Executiva de Planejamento de Gestão do Estado, Tereza Araújo, a Presidente da Com-pesa Manoela Marinho e a vereadora do Recife Liana Cime.

O orçamento de cerca de 3 milhões de reais objetiva selecionar 64 projetos de organizações civis a respeito das questões de gênero, raça e etnia, prevenção de violências, formação, emprego, empreendedorismo, para mulheres.

O edital abrange 58 territórios, com o prazo mínimo de 30 dias para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 11

Defensoria Pública

Recife, sábado, 19 de março de 2022

Defensoria Pública realiza mais uma importante ação de cidadania referente à Campanha “Meu Pai Tem Nome”

A Defensoria Pública de Pernambuco realizou, na manhã do último sábado (12), Ação de Cidadania referente à campanha Meu Pai tem Nome, no Compaz Ariano Suassuna, no bairro do Cordeiro, Zona Oeste do Recife. Cerca de 1.000 pessoas foram atendidas no local.

Além da entrega e realização de exames de DNA, também foram efetuadas sessões extrajudiciais de mediação e conciliação objetivando realizações de acordos em casos de pensão alimentícia.

Na ocasião, foram ofertados serviços em orientação jurídica, emissão de RG, PROCON Recife, serviços de beleza e saúde (testes rápidos, vacinação, etc) e cadastro único (CRAS).

Participaram da ação o Defensor Público-Geral, Fabrício Lima, o Subdefensor Público-Geral Henrique Seixas, o Subdefensor Cível e Criminal da Região Metropolitana, Wilker Neves, a Subdefensora Cível da Capital, Jeovana Colaço, o Coordenador do Núcleo de Mediação e Conciliação, Manoel Jerônimo, o Subdefensor das Causas Coletivas, Rafael Alcoforado, o Coordenador do Núcleo de Primeiro Atendimento, Fernando Jordão, o Defensor Público e Chefe do Gabinete de Gestão, João Duque, o Defensor Público Bernardo Duarte e as Defensoras Pública, Débora Andrade e Renata Gambarra, bem como, o Defensor Público Eduardo Tassara.

A campanha foi criada pelo Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), tendo a adesão de todas as Defensorias Públicas do país, a fim de resguardar o direito à filiação, assegurado pela Constituição Federal de 1988.



FOTOS: HENRIQUE PARRAZZO



ALÉM DA entrega e realização de exames de DNA, também foram efetuadas sessões extrajudiciais de mediação e conciliação objetivando realizações de acordos em casos de pensão alimentícia.

COMO AGENDAR OS TESTES DE DNA?

As pessoas que desejarem realizar gratuitamente testes de DNA devem entrar em contato com o Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital para agendar o seu exame. Ambas as partes devem estar de acordo em realizar o exame de forma espontânea.

O agendamento pode ser feito por meio do Núcleo de Primeiro Atendimento da Capital, pelo WhatsApp (81) 9.9488-3026, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, exceto feriados ou pessoalmente na Av. Manoel Borba, nº 640, Edifício Progresso, Boa Vista, Recife/PE.

No dia do exame, é necessário levar a seguinte documentação:

- RG e CPF dos interessados (pai e mãe);
- Comprovante de residência (conta de água, de luz ou de telefone) dos interessados (pai e mãe);
- Comprovante de renda (carteira de trabalho, contracheque ou comprovante de aposentadoria/benefício); e
- Certidão de nascimento da criança ou declaração de nascido vivo.



CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 12

Defensoria Pública

Recife, sábado, 26 de março de 2022

Defensoria Pública de PE promoveu ação em alusão ao Dia Internacional da Síndrome de Down e do Dia Mundial de Conscientização do Autismo

FOTOS: HENRIQUE PAVANAZZO

No início desta semana, na segunda (21) e terça-feira (22), a Defensoria Pública de Pernambuco promoveu ação de cidadania voltada às crianças com síndrome de down e espectro autista.

A iniciativa foi desenvolvida pela Subdefensoria das Causas Coletivas em alusão ao Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado no dia 21 de março, e o Dia Mundial da Conscientização do Autismo que é celebrado em 02 de abril.

O prédio da Subdefensoria das Causas Coletivas disponibilizou o período de quatro horas direcionadas ao atendimento especializado a tais famílias.

Após passar pelo processo de triagem, para entender cada contexto, a demanda era encaminhada ao Núcleo especializado, a fim de aumentar a celeridade e resolutividade dos casos.

A dinâmica contou, ainda, com um espaço kids, equipado com brinquedos, materiais didáticos de leitura e arte. Além dos profissionais recreativos.

A assistida Jéssica Renata é mãe de três meninos de espectro autista. Ela destacou a necessidade fortalecer a inclusão.

“Fiquei muito feliz com a recreação, porque em todos os ambientes em que vamos é muito difícil ter essa recepção e eu estou adorando,” disse.

Ela tomou conhecimento do mutirão por meio das redes sociais e procurou a Defensoria em busca de atendimento em diferentes

searas, sobretudo a educação.

“Eu preciso, em especial, de vaga na escola. Eu me deparei com a exclusão dos meus filhos da escola em que eles estudavam. Já fiz uma denúncia ao Ministério Público e fui à Secretaria da Educação Especial. Eu vi essa ação pela internet e aqui estou,” prosseguiu.

Cibele Tereza também é mãe de uma criança autista, de três anos. Segundo ela, “Eu acho uma ótima ajuda. É difícil termos uma criança com deficiência intelectual e não ter o apoio. Eu acho que deve-se dar prioridade.”

Para o Subdefensor Rafael Alcoforado, “Enquanto as crianças ficam brincando, essas mães podem ter suas demandas jurídicas atendidas, em uma dinâmica direcionada para cada caso específico,” concluiu.

A ação ocorreu nos dias 21 e 22 de março, na Avenida Conde da Boa Vista, 1450, no prédio da Central de Atendimento da Subdefensoria das Causas Coletivas. O horário de atendimento teve início às 08 e terminou às 12.

Participaram da ação o Subdefensor das Causas Coletivas Rafael Alcoforado, as Defensoras Públicas Carolina Khouri, coordenadora do NUDESC, Natalli Brandi, Ana Cláudia, Luana Melo e Wyllaine Dias, bem como os Defensores João Paulo Accioly, coordenador do NUDECOM e Henrique da Fonte, coordenador do NUDPDH.



O PRÉDIO DA Subdefensoria das Causas Coletivas disponibilizou o período de quatro horas direcionadas ao atendimento especializado a tais famílias.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 13

Defensoria Pública

Recife, sábado, 2 de abril de 2022

Defensoria inaugura novas instalações do Núcleo de Atendimento em Olinda

FOTOS: HENRIQUE PAPAIAZZO

Pernambuco realizou, na manhã na segunda-feira (28), a cerimônia de inauguração das novas instalações do Núcleo da Defensoria Pública no município de Olinda.

Anova unidade está localizada na cobertura do Empresarial JAM, no bairro de Casa Caiada, na Avenida Doutor José Augusto Moreira, 975.

Com as novas instalações, a Instituição objetiva oferecer maior conforto e celeridade durante o atendimento ao público.

Integra o novo Núcleo a Central de Conciliação e Mediação de litígios da DPPE, também inaugurada na data de hoje, que será coordenada pela Defensoria Pública Wilma Paulo Barbosa.

A estrutura dispõe de um amplo espaço em estilo loft, composto por recepção, cabines de atendimento e copa.

Estiveram presentes no evento, o Defensor Público-Geral, José Fabrício Silva de Lima, o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, a Coordenadora do Núcleo de Olinda, a Defensora Myrtha Machado, o Subdefensor da Metropolitana, José Inaldo, o Subdefensor Criminal da Capital, José Wilker Neves, o Coordenador de Gestão, o Defensor Público, Joaquim Fernandes, o Chefe de Gabinete, o Defensor Público, João Duque, a Defensora Pública, Wilma Paulo, o Defensor Público, Bernardo Duarte, a Defensora Mariana Aguiar, a Defensora Helena Noce, a Defensora Maria Eulália e a Defensora Pública, Katarina Branja.

Compareceram, ainda, Fernando Medeiros, representando o Prefeito de Olinda, Professor Lupércio, a Promotora da Infância de Olinda, Aline Arroxelas e o

Juiz da Vara de Sucessões Luís Mário de Miranda.

Após saudar as autoridades presentes, o Defensor Público-Geral, José Fabrício, agradeceu a toda equipe da Coordenação de Gestão pelo comprometimento, dedicação e profissionalismo que propiciaram a readequação do espaço no menor espaço de tempo possível.

“É muito importante ter um instituição com toda infraestrutura necessária para atender às demandas de acesso à justiça em favor dos mais vulneráveis. A Defensoria Pública de Pernambuco tem por missão atuar para o pleno exercício da cidadania. Aqui neste novo equipamento vidas serão transformadas.”

Para o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, “Eu tenho certeza que essa nova casa vai ser fundamental para que a gente continue prestando um serviço de excelência, com todos os aparatos necessários para que a população seja definitivamente bem acolhida.”

A Coordenadora do Núcleo, Myrtha Machado, externou sua alegria em poder fazer parte deste novo capítulo da Defensoria, definindo como uma honra exercer a atuação defensorial.

“Trazer um ambiente amplo e satisfatório para bem atender a população. Estamos caminhando bem e muito bem. Eu tenho certeza que esse feito ficará marcado na memória de nossos assistidos. Teremos o aparato material e humano necessários a efetividade da prestação jurídica integral e gratuita, constitucionalmente garantida,” concluiu.



COM AS NOVAS instalações, a Instituição objetiva oferecer maior conforto e celeridade durante o atendimento ao público.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 14

Defensoria Pública

Recife, sábado, 9 de abril de 2022

Deputado João Paulo destinou à DPPE o montante de 90 mil reais, através da Emenda Parlamentar

O Deputado Estadual, João Paulo destinou à Defensoria Pública do Estado (DPPE), o montante de 90 mil reais, através da Emenda Parlamentar 3074/2022, para a modernização do Núcleo Especializado em Terras, Habitação e Moradia (NUTHAM), integrado à Subdefensoria das Causas Coletivas. A Emenda inserida na modalidade de aplicação direta na área temática de direitos da cidadania, enseja prover recursos para a aquisição de equipamentos de informática, a fim de aprimorar as atividades do Núcleo Temático.

O NUTHAM atua conforme o atendimento e acompanhamento da parcela da sociedade em situação hipossuficiente, no tocante à defesa dos interesses relacionados ao direito à terra, à cidade e à moradia. O Núcleo é coordenado pela Defensora Pública Isabel Paixão.

Durante a entrega da Emenda Parlamentar, estiveram presentes o Defensor Público-Geral, José Fabricio, o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, o Subdefensor das Causas Coletivas, Rafael Alcoforado e o Deputado Estadual, João Paulo.

Segundo o Defensor Público-Geral, a iniciativa do Deputado ajudará a robustecer a estrutura defensorial. “É a Defensoria trabalhando para especializar seus núcleos, criando uma estrutura de trabalho e eficiência, tudo direcionado e dedicado à melhoria da prestação de serviços à camada mais vulnerável de nosso Estado. Vamos em frente,” disse.

O Subdefensor das Causas Coletivas, Rafael Alcoforado se colocou à disposição da população pernambucana e destacou a possibilidade de avanço em benefício aos mais vulneráveis. “Permite o incremento nas atividades desse núcleo para melhor atender a camada mais vulnerável da população de nosso Estado, e que briga por esse direito mais básico, o direito à moradia,” frisou.

O Deputado João Paulo enfatizou o reconhecimento da importância da Defensoria Pública desde o seu mandato como Prefeito de Recife, principalmente à parte mais carente do Estado. “Nós viemos até aqui trazer uma emenda para que a Defensoria Pública possa se equipar com computadores para atender ainda melhor nossa população,” concluiu.

A EMENDA inserida na modalidade de aplicação direta na área temática de direitos da cidadania, enseja prover recursos para a aquisição de equipamentos de informática, a fim de aprimorar as atividades do Núcleo Temático.



FOTOS: HENRIQUE PARRAZZO



CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 17

Defensoria Pública

Recife, sábado, 30 de abril de 2022

Defensoras e Defensores populares visitam a sede da Subdefensoria das Causas Coletivas

FOTOS: HENRIQUE PAPAIAZZO

A Defensoria Pública de Pernambuco realizou, na terça-feira (26), mais uma aula do Curso de Defensoras e Defensores Populares.

A aula foi ministrada no Prédio de Atendimento da Subdefensoria das Causas Coletivas, localizado na Avenida Conde da Boa Vista, zona Central do Recife.

Durante a dinâmica pedagógica, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento dos cinco Núcleos Temáticos vinculados à referida Subdefensoria, que é coordenada pelo Defensor Público Rafael Alcoforado.

No local, estão instalados o Núcleo de Defesa e Proteção de Direitos Humanos (NUDDPH), cujo coordenador é o Defensor Público Henrique da Fonte, o Núcleo de Terras, Habitação e Moradia (NU-THAM); coordenado pela Defensora Pública Isabel Paixão; o Núcleo de Saúde Coletiva (NUDESC), coordenado por Carolina Khouri; e o Núcleo da Fazenda Pública, coordenado pelo Defensor Público José Fernando Debli.

A Coordenadora do NUDESC, Carolina Khouri, definiu os Defensores Populares como catalisadores, devido à sua liderança nas comunidades em que residem. Segundo ela, é fundamental prover essa perspectiva de pertencimento à estrutura defensorial.

“A gente explicou como são nossas portas de entrada de atendimento e o procedimento interno. Explicamos como a gente atua, e quais são nossas linhas de atuação tanto na esfera

individual quanto coletiva, para que eles levem esse conhecimento para a comunidade enquanto representantes de pessoas e que vão ser essa ponte. É muito importante para que justamente eles se sintam parte e possam se aproximar da gente,” disse.

Para a aluna Socorro Conceição, o curso proporciona um viés informativo, no âmbito de possibilitar o direcionamento a fim de que sejam encontradas soluções.

“Dentro da comunidade muita gente sofre por não ter conhecimento de seus direitos. Para nós que estamos envolvidos na comunidade é um conhecimento a mais, em que a gente vai favorecer, já que trabalhamos com direitos, esse povo, com orientação e direção mais verdadeira,” frisou.

Ela ainda destacou a iniciativa da Defensoria em se aproximar da população, por meio do curso.

“Acho bem interessante. Eu via a Defensoria, sabia que era algo que poderia achar e buscar, mas não percebia esse cuidado e preocupação. Mais interessante, e preocupante, é que a comunidade não tem essa consciência. Conhecimento faz a gente ir muito mais longe e é diferente se eu procurar, por exemplo, meus direitos de algo que está me incomodando dentro da minha comunidade, mas quando tem o olhar coletivo fica muito mais forte. Saber que os Defensores



têm esse olhar e a ideia de levar essas possibilidades é muito bom,” prosseguiu.

De acordo com o Coordenador do Núcleo da Fazenda Pública, José Fernando Debli, “Esse conhecimento da atuação especializada é muito importante na medida que colabora para que as pessoas que precisam da Defensoria, elas saibam a quem recorrer e repassar esse tipo de atuação e conhecimento da burocracia interna da Defensoria para as pessoas que realmente precisam. A intenção, nesse sentido, é que para essas pessoas que fazem o curso, quando surgir conhecimento específico, saibam exatamente para onde recorrer,” concluiu.



A AULA foi ministrada no Prédio de Atendimento da Subdefensoria das Causas Coletivas, localizado na Avenida Conde da Boa Vista, zona Central do Recife.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 19

Defensoria Pública

Recife, sábado, 14 de maio de 2022

Pernambuco ganha mais cinco novas defensoras e um defensor público

A Defensoria Pública de Pernambuco empossou, na segunda-feira (09), cinco novas Defensoras e um novo Defensor Público. A solenidade foi realizada no auditório da Central de Atendimento Cível da Capital, localizada na Avenida Manoel Borba, no bairro da Boa Vista.

O Defensor Público-Geral, José Fabrício Silva de Lima e o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, compuseram a mesa de honra, acompanhados do Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado estadual, Eriberto Medeiros, do Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, Clóvis Benevides e pelo representante da ADEPEPE, o Defensor Wilton Carvalho.

Tomaram posse as Defensoras Públicas, Úrsula Jordão Faria, Izabele Pessoa Holanda, Anna Celina de Oliveira Nunes Assis, Jéssica Samara Freitas de Araújo, Priscilla Milena Albuquerque Moura Cavalcanti e o Defensor Público, Allison Oliveira.

Na ocasião, durante o discurso de abertura da solenidade, o Subdefensor Público-Geral, Henrique Seixas, reforçou, para as novas defensoras e defensor público, a importância da Defensoria na vida das pessoas que, em sua maioria, ainda não sabem os direitos que dispõem ou até mesmo, como exercê-los. “A Defensoria Pública de Pernambuco se descortina como uma protagonista na busca por cidadania e inclusão social. Sendo de fundamental importância como instituição para eficácia ao acesso à justiça. Portanto, cabe a nós, a missão de tornar real a proteção teórica prevista na lei. A enxergar o nome, a dor, o rosto, enxergar a história de quem, não é só número”, enfatizou.

Na sequência, o Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado estadual, Eriberto Medeiros, além de parabenizar, reforçou aos recém-empossados o tamanho da função que eles passaram a ocupar e a responsabilidade de levar o nome da Defensoria Pública na identidade. “Desejo sucesso, garra, determinação e coragem para enfrentar esse cargo que agora recebem em defesa dos mais vulneráveis. E são estes os cidadãos que mais precisam. Ou seja, as pessoas, para as quais, o Estado deve funcionar. A Função pública quando exercida com dedicação, com coragem e com respeito, transforma a vida. A Defensoria é profeta da esperança, construtora de oportunidades, a mais legítima guardadora de direitos”, finalizou o Presidente da ALEPE.

Em seguida, o Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas do Governo do Estado, Clóvis Benevides, falou da satisfação em poder presenciar a apresentação



FOTOS: HENRIQUE PINARAZZO

das mais novas Defensoras e Defensores Públicos de Pernambuco. “É uma imensa satisfação presenciar os 6 novos defensores que se juntam a essa missão e passam a integrar os quadros da Defensoria Pública de Pernambuco. Hoje, vocês ganham a missão de zelar pelos direitos da população pernambucana, principalmente daqueles pernambucanos mais necessitados, dos que precisam do apoio do serviço público para efetivar a sua cidadania”, disse o Secretário.

A cerimônia ficou marcada por ser a última deste tipo em que o atual Defensor Público-Geral, Fabrício Lima, discursou ao púlpito na função que ocupa, atualmente, na instituição. Durante o discurso, Fabrício enfatizou as parcerias e os avanços que tomaram possíveis uma maior autonomia da instituição frente aos demais poderes do Estado. Ele também destacou o avanço na capacidade da Defensoria Pública em atuar de forma coletiva na solução extrajudicial de conflitos, na legitimação na proteção individual e coletiva dos grupos socialmente vulneráveis.

Fabrício Lima também ressaltou o firmamento da Defensoria Pública como instrumento capaz de buscar a efetivação de todos os direitos do cidadão. “Hoje, a nossa competência constitucional vai muito além da mera defesa criminal dos cidadãos ou da atuação dos economicamente pobres como historicamente se reconhecia. Firma-se no atual cenário, a



Tomaram posse as Defensoras Públicas, Úrsula Jordão Faria, Izabele Pessoa Holanda, Anna Celina de Oliveira Nunes Assis, Jéssica Samara Freitas de Araújo, Priscilla Milena Albuquerque Moura Cavalcanti e o Defensor Público, Allison Oliveira

Defensoria Pública como instrumento capaz de buscar a efetivação de todos os direitos do cidadão”, disse.

O Defensor Público-Geral, Fabrício Lima, explicou ainda, em forma de agradecimento, que a atual estruturação da Defensoria Pública e sua consequente eficiência em garantir assistência a todos aqueles que procuram a instituição atualmente se deve a consonância da atuação, não só, entre os poderes que compõem, bem como a todos que fazem a entidade. “Em seus quase 24 anos de existência, a Defensoria

Pública pernambucana tem se mostrado como eficiente instrumento do qual se vale o cidadão para a efetivação dos seus direitos. Muito disso, deve-se aos avanços implementados pelo poder executivo nos últimos anos, o importante apoio da Assembleia Legislativa e, sobretudo, pelo apoio diário de cada defensora e defensor público, servidores, terceirizados, estagiários e colaboradores que tem carregado a bandeira da defesa dos Direitos Humanos e da plenitude da cidadania como norte da missão institucional que lhes foi outorgada”, finalizou Fabrício.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 20

Defensoria Pública

Recife, sábado, 21 de maio de 2022

Paulo Câmara recebe novo defensor público-geral do Estado



Foto: HENRIQUE PHARAZZO

HENRIQUE SEIXAS assume a instituição no biênio 2022-2024. Posse está marcada para o dia 30 de maio

O governador Paulo Câmara recebeu, na noite da quinta-feira (19.05), o novo Defensor Público-Geral do Estado, Henrique Seixas, eleito por unanimidade após obter 285 votos, na eleição da instituição. votação. Seixas conquistou a maior votação da história da Defensoria Pública de Pernambuco.

O novo Defensor Público-Geral estará à frente da instituição no biênio 2022-2024 e a posse está marcada para o dia 30 de maio.

De acordo com o governador, Henrique Seixas terá a missão de dar continuidade ao processo evolutivo e de aproximação com os anseios da sociedade. "A Defensoria Pública tem avançado fortemente no Estado, cumprindo seu

papel institucional e ampliando a sua área de atuação", afirmou Paulo Câmara.

Segundo Henrique Seixas, a Defensoria Pública desempenha um papel de extrema importância, atuando no atendimento à população vulnerável. "Fico muito feliz e honrado pela missão que me foi confiada. Que nós possamos continuar a fazer um trabalho participativo,

com eficiência e de qualidade para a nossa população", disse o novo Defensor Público-Geral que atua na instituição desde 2010.

Estiveram presentes José Fabrício Lima, à frente da Defensoria Pública nos biênios 2020-2022 e 2018-2020; os Defensores Públicos Clodoaldo Battista e Inaldo Cavalcanti; e o procurador-geral do Estado, Emami



CERTIFICADO DIGITALMENTE

Relatório dos principais atos da Defensoria Pública-Geral do Estado de Pernambuco entre maio de 2018 e maio de 2020

A presente publicação apresenta um balanço geral dos principais atos da Defensoria Pública-Geral do Estado de Pernambuco durante o período de maio de 2018 a maio de 2020.

- Elaboração e encaminhamento de **863** (oitocentos e sessenta e três) **Ofícios** às Instituições e Órgãos Públicos;
- Realização de **1.638** (hum mil, seiscentos e trinta e oito) despachos em **Procedimentos Administrativo**
- Elaboração de **54** (cinquenta e quatro) **Boletins Informativos** acerca das atividades desenvolvidas pelo Defensor Público-Geral do Estado (<http://www.defensoria.pe.def.br/defensoria/?x=boletim-informativo-semanal>);
- Edição de **1.994** (hum mil, novecentos e noventa e quatro) **Atos Administrativos** do Defensor Público-Geral, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado;
- **Implantação da Agenda Virtual** do Defensor Público-Geral do Estado;
- Organização de **Seleção Pública** de **estagiários** da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco;
- Realização e acompanhamento, quinzenal, de **Reuniões de Monitoramento com as Subdefensorias**, Corregedoria-Geral, Coordenadoria de Gestão e Recursos Humanos;
- **Informatização do controle de documentos e metas do gabinete**, através da criação de **arquivos compartilhados** e do programa **Evernote**;
- Encaminhamento dos **Projetos de Lei nº 699/2019 e 700/2019 para a ALEPE**, acerca da reestruturação da carreira de Defensor Público, criação decargos de gestão, residentes jurídicos e Ouvidoria Externa;
- Participação de **88** (oitenta e oito) **Reuniões do Pacto pela Vida**;
- Planejamento e execução de **03** (três) **cursos de formação** para 17 (dezessete) novos(as) Defensores(as) Públicos(as);
- Execução e encaminhamento ao Conselho Superior de Resolução que regulamentou o **Trabalho Voluntário e Estágio Voluntário** no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco;
- Regulamentação do **Programa de Residência Jurídica**;
- Reestruturação da **Central de Atendimento Cível da Capital**, a qual possibilitou a organização em **núcleos temáticos** nas áreas de Família, Cível, Mediação e Conciliação, Fazenda Pública, Consumidor e Registro Tardio;
- Reestruturação do **Núcleo Especializado da Cidadania Criminal e Execução Penal**;

- Reestruturação da **Subdefensoria de Causas Coletivas** através do encaminhamento de resolução regulamentando o **Núcleo de Direitos Humanos** e criação do **Núcleo de Moradia**;
- Celebração de acordo de intenções com a Defensoria Pública da União (DPU), Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE), Procuradoria Geral do Município do Recife (PGM-Recife) para criar uma **Câmara de Resolução de Litígios de Saúde**;
- Criação, através de Resolução, do **Programa Defensoria Para Todos**, o qual consiste na realização de ações sociais voltadas para a assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes e vulneráveis da respectiva localidade, bem como para a realização de outros serviços gratuitos, a serem prestados por órgãos ou instituições públicas e privadas e/ou serviço de voluntariado da Defensoria Pública e de parceiros;
- **Parceria com a UNICEF** para promoção das atividades em comum;
- Celebração de **acordo de cooperação técnica** com a Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD, com o objetivo de propiciar assistência jurídica nas estações, Núcleos de Prevenção Social e nas ações de cidadania do Programa Governo Presente;
- Termo de cooperação com DPU-Recife e Associação Samaritanos para viabilizar atendimentos à população em situação de rua;
- Concorrência ao Prêmio Inovare com o projeto “Educar para Além das Grades”;
- Organização de **Curso** de Formação de Facilitadores da **Oficina das Famílias**;
- Presença de Defensores Públicos em todos os programas “**Justiça Eficiente**” do TJPE, que versa sobre mutirões de audiências criminais;
- Presença de Defensores Públicos em todas as ações do programa “Governo Presente” do Estado de Pernambuco;
- Expansão aos programas “**Amiga da Comunidade**” e “**Defensoria Itinerante**”;
- Disponibilização para todos os defensores de **Curso sobre a atuação em Tribunal do Júri**;
- **Celebração de convênio** com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco para disponibilização de diversos **cursos de capacitação** aos membros;
- Realização da **1ª Posse Popular de Defensores Públicos**;
- **Designação** de Defensores(as) Públicos(as) para participarem das reuniões das **Comissões Temáticas** do CONDEGE;
- **Cadastramento** de Defensores(as) Públicos(as) no Sistema Integrado de Administração Prisional - **Siap**;
- **Fortalecimento do vínculo com a Imprensa**, o qual possibilitou o aumento da participação da Defensoria Pública em programas televisivos e de rádio, bem como na imprensa escrita;

- Assinatura de **convênio com o Centro Universitário Estácio e FOCCA**, possibilitando **descontos** em todos os cursos de graduação e pós-graduação para defensores públicos (dependentes) e servidores;
- Assinatura de **convênio com a DB Cálculos**, com objetivo de oferecer aos Defensores Públicos **software** que os auxilia nas demandas que envolvem **cálculos judiciais**;
- Parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria de Defesa Social do Estado que viabilizou a **implementação da guarda patrimonial** no âmbito da DPPE, gerando **economia** de R\$ 1.700.000,00 no ano;
- **Posse** do Defensor Público Geral do Estado, José Fabrício Silva de Lima, como **Presidente** do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais **-CONDEGE**;
- Participação de 10 (dez) **Reuniões do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais**, na qualidade de Defensor Público-Geral e de 12 (doze) reuniões como Presidente;
- **Treinamento para implantação do Sistema Eletrônico de Informação(SEI)** no Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado;
- Elaboração de **minutas de resoluções do Conselho Superior da Defensoria Pública**;
- **Promoção da educação em Direitos no período da pandemia causada pelo Covid-19**. Realização de *Lives* na plataforma do instagram: Atuação da DPPE durante a pandemia do coronavírus; Cuidados preventivos no combate ao coronavírus; Defensoria Pública e Inclusão Social; Contratos Cíveis na Pandemia; Condomínio e direito de vizinhança em tempos de Covid-19. **Rodas de Conversa na plataforma Webex**: Ato Infracional; Medidas Protetivas; Atuação da Defensoria Pública em 2ª Instância, com a participação de defensores do estado de São Paulo; Estratégia de Atuação no Tribunal do Júri; Assistência Social e pessoas em situação de rua; O que você precisa saber e como prevenir o contágio da covid-19, com o Dr. Gabriel Serrano; Mediação e tempos de Pandemia, com participação da defensora do RS Patrícia Ketterman; Cenário atual e novos horizontes para a defensoria pública brasileira, com a participação do presidente da ANADEP, Pedro Coelho, presidente do Colégio Nacional de Corregedores **Rodas de atualização**: Petição Inicial em Ações de Alimentos.
- **Criação do Núcleo de Saúde**, vinculado à Subdefensoria de Causas Coletivas, para a Coordenação das demandas coletivas na área da saúde do estado;
- Viabilização para primeira **eleição virtual** no âmbito da DPPE;
- Apresentação do primeiro **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação**;
- Início da implantação do **Sistema SEI** (para área administrativa) e **Sistema Solar** (para área fim), sem custos para a instituição.

Na Presidência do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais-CONDEGE em 2019/2020

- Realização e presidência de **12** (doze) **Reuniões** do Colegiado;
- Realização da **primeira reunião por videoconferência** do Colegiado;
- Realização da **primeira reunião** do colegiado com a **presença do presidente do Senado Federal**, Davi Alcolumbre;
- Elaboração e encaminhamento de **315** (trezentos e quinze) **Ofícios** às Instituições e Órgãos Públicos;
- Encaminhamento de **973** (novecentos e setenta e três) **e-mails**;
- Organização e execução de Ações do Programa **Defensoria Sem Fronteiras** - **DSF** nos Estados do **Pará** e **Espírito Santo**;

- Elaboração de **12** (doze) **Pautas e Atas** de Reuniões do Colegiado;
- Assinatura do **Pacto Nacional pela Primeira Infância** com o Conselho Nacional de Justiça;
- Assinatura do Pacto pela **Implementação de Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres** com o Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Adesão ao **Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para Órgãos do Estado, Conselho de Direito, Colegiados e Organizações da Sociedade Civil** do Ministério dos Direitos Humanos;
- Participação de reunião dos Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (**BLODEPM**);
- Participação de reunião da Asociación Interamericana de Defensorías Pública –**AIDEP**;

- Reuniões no **Congresso Nacional** com Deputados e Senadores;
- Reuniões com a Presidência e integrantes do **Conselho Nacional de Justiça**;
- Reuniões com a **Presidência do Supremo Tribunal Federal**;
- Reuniões com o **Ministério da Justiça**;
- Estabelecimento da **nova sede do CONDEGE em Brasília/DF** no ano de 2020;
- **Discurso nos Plenários** do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública;
- Entrevista na **TV Justiça**;
- Inauguração da **nova sede do CONDEGE** em Brasília;
- Reunião na **Fundação Nacional do Índio-FUNAI**;
- Participação do **Encontro dos Defensores Públicos do Centro-Oeste**;
- Aprovação do novo **regimento interno das comissões** do Condege;
- Reunião com o **Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux**.

Relatório dos principais atos do Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado em 2021.

A presente publicação apresenta um balanço geral dos principais atos do Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado de Pernambuco durante o ano de 2021.

- Elaboração e encaminhamento de **504** (quinhentos e quatro) **Ofícios** às Instituições e Órgãos Públicos;
- Realização de **1389** (um mil trezentos e oitenta e nove) despachos em **Procedimentos Administrativos**;
- Elaboração de **12** (doze) **Boletins Informativos** acerca das atividades desenvolvidas pelo Defensor Público-Geral do Estado;
- Edição de **981** (novecentos e oitenta e um) **Atos Administrativos** do Defensor Público-Geral, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado;
- Realização e acompanhamento, quinzenal, de **Reuniões de Monitoramento** com as Subdefensorias, Corregedoria-Geral, Coordenadoria de Gestão e Recursos Humanos;
- Nomeação de 21 (vinte e um) novos(as) Defensores(as) Públicos(as);
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica intitulado Monitor da Justiça com o Poder Executivo, Ministério Público e Poder Judiciário;
- Composição do **Orçamento Geral da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco no valor de R\$ 225 milhões (LOA 2021 acrescida da incorporação de R\$ 11 milhões através de negociação direta da gestão com a Câmara de Programação Financeira do Estado)**
- Proposição e acompanhamento até a aprovação do **LCE nº 2856/2021 - que versa sobre alteração na carreira, nomenclatura dos cargos e corrigir os vencimentos, cria a estrutura 1ª Subdefensoria Pública-Geral Institucional e Administrativa, 2ª Subdefensoria Pública-Geral Jurídica, Escola Superior, a Ouvidoria Externa, Subdefensoria de Execuções Penais, Controladoria-Geral;**
- Especialização dos serviços com a criação dos Núcleos temáticos na área cível, criminal e nas causas coletivas;
- Novo almoxarifado com toda estrutura necessária para armazenamento e distribuição dos insumos e matérias de expediente;
- Estruturação dos Núcleos da DPPE com nova mobília;
- Estruturação dos Núcleos da DPPE com novos computadores;
- Acréscimo no número de estagiários remunerados;
- Instalação/reativação de Núcleo da DPPE nas seguintes Comarcas: Catende, Maraiá, Água Preta, Bom Conselho, Barreiros, Santa Maria da Boa Vista, Trindade, Toritama, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte, Bodocó, Petrolândia, Flores, Aliança, Glória do Goitá;

- **Termo de cooperação junto à Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), visando possibilitar a celebração de acordos aos clientes da COMPESA, a partir da atuação defensorial;**
- **Implantação dos sistemas SEI (atividade meio) e início da implantação do sistema SOLAR (atividade finalística);**
- **Reestruturação do Núcleo de Cidadania Criminal e Execução Penal;**
- **Inauguração das novas instalações dos Núcleos Temáticos vinculados à Subdefensoria das Causas Coletivas;**
- **Reestruturação do programa Defensoria em dia que passou a atuar em todas as Comarcas do Estado com participação em audiências virtuais e peticionamentos em processos físicos e eletrônicos;**
- **Articulação na Câmara técnica do Pacto Pela vida com inúmeras conquistas institucionais;**
- **Inauguração das novas instalações do NUDEM;**
- **Participação de 33 (trinta e três) Reuniões do Pacto pela Vida;**
- **Planejamento e execução de 03 (três cursos de formação para 18 (dezoito) novos Defensoras(os) Públicas(os);**
- **Realização de tratativas para firmar parceria entre o Núcleo de Terras e Habitação - NUTHAM e o Instituto de Terras e reforma agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE;**
- **Realização e abertura do Terceiro Módulo do Curso de Defensores e Defensoras Populares;**
- **Criação de Grupo de trabalho e designação de membros para enfrentamento das demandas possessórias na zona Mata Sul do Estado de Pernambuco;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Surubim/PE;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Petrolina/PE;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Cabrobó/PE;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Escada/PE;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Itapissuma/PE;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Ipojuca/PE;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Garanhuns;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Sanharó;**
- **Requalificação e estruturação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Goiana;**

- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Timbaúba;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Gravatá;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Vitória de Santo Antão;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Aliança;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Moreno;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Olinda;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Abreu e Lima;**
- Requalificação e estruturação do **Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Igarassu;**
- **Realização da reforma na sede principal da Defensoria Pública do Estado, localizada na Rua Marquês do Amorim, 127, Boa vista, Recife/PE;**
- **Cadastramento** de Defensores(as) Públicos(as) no Sistema Integrado de Administração Prisional - **SIAP;**
- Tratativas para instalação de Sede de Atendimento na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;
- Tratativas para instalação de Sede de Atendimento no Município de Cupira;
- Tratativas para instalação de Sede de Atendimento no Município de Cumaru.

Relatório dos principais atos do Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado em 2022

- Elaboração e encaminhamento de **132** (cento e trinta e dois) **Ofícios** às Instituições e Órgãos Públicos;
- Realização de **406** (quatrocentos e seis) despachos em **Procedimentos Administrativos;**
- Edição de **580** (quinhentos e oitenta) **Atos Administrativos** do Defensor Público-Geral, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado;
- Realização e acompanhamento, quinzenal, de **Reuniões de Monitoramento** com as Subdefensorias, Corregedoria-Geral, Coordenadoria de Gestão e Recursos Humanos;
- Nomeação de 06 (seis) novos(as) Defensores(as) Públicos(as);
- Participação de **19** (dezenove) **Reuniões do Pacto pela Vida;**
- Planejamento e execução de **01** (hum) **curso de formação** para 06 (seis) novos(as) Defensores(as) Públicos(as);

José Fabrício Silva de Lima

Defensor Público-Geral do Estado